



ORÇAMENTO 2013

Tendo em vista a satisfação das necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal) assentados no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação. O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental. O Orçamento agora apresentado tem em conta a situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município de Celorico da Beira, pelo que o mesmo tem por base o Plano de Reequilíbrio Financeiro já aprovado pela Assembleia Municipal e que aguarda aprovação das entidades fiscalizadoras. Todo o investimento previsto para 2013 é suportado na sua quase totalidade por projetos com financiamentos comunitários já aprovados no âmbito do QREN.

Assim sendo, apresenta-se por este meio o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em 2013, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. No que respeita às classificações económicas, estas têm como



base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as suas devidas alterações. Relativamente às classificações orgânicas considerou-se o disposto no ponto 2.3.2. do POCAL e no Ofício Circular n.º 6 de 2002.03.19 da Direcção Geral das Autarquias Locais, optando-se por não aplicar o classificador orgânico criando-se apenas dois órgãos, “01- Assembleia Municipal” e “02 - Câmara Municipal”, à semelhança do aplicado nos orçamentos dos anos anteriores. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro) e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2013.

No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, estas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como também foram utilizados os valores previstos no plano de reequilíbrio financeiro do Município. Este critério foi utilizado noutras receitas cuja previsão seja difícil de calcular tais como as vendas de bens e serviços. Algumas receitas referentes a taxas refletem um eventual aumento das taxas a cobrar pelo Município. As transferências correntes e de capital foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central. Para 2013 o Orçamento de Estado alterou as percentagens de fundos correntes e de capital, pelo que para o ano de 2013 o Município de Celorico da Beira terá cerca de um milhão de euros a mais de transferências correntes do Estado em detrimento de fundos de capital. Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as comparticipações a atribuir nas candidaturas já aprovadas.



Relativamente às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2013 (tendo por base as despesas de 2012). O ano de 2013 deverá de grande contenção nestas despesas tendo em conta o predisposto no Plano de Reequilíbrio Financeiro, pelo que deverão ser tomadas medidas de modo a diminuir os custos com estas despesas. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como dados provenientes do Plano de Reequilíbrio Financeiro. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2013, que se encontra anexo ao Orçamento. Em termos de eventos a realizar em 2013, e conforme o mapa das Actividades Mais Relevantes, destacamos os seguintes:

- Plano de animação de Celorico da Beira (21.000€)
- Plano de animação Turística das Aldeias Históricas (70.614€)

As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar em 2013, podendo estas rubricas ser verificadas no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que a maior parte das despesas são co-financiadas por fundos comunitários, de onde se destacam os seguintes projetos:

- Requalificação do Mercado Municipal (212.000€)
- Beneficiação da EM 16 (1.200.000€)
- Parque Industrial da A25 (237.830€)



- Pista de Pesca Desportiva na Ratoeira (128.200€)
- Beneficiação de caminhos agrícolas (472.000)
- Plano de comunicação e marketing das Aldeias Históricas (50.000€)

As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais de encargos fornecidos pelas instituições bancárias, tendo as mesmas sido limitadas visto que se espera que sejam liquidadas com o empréstimo de reequilíbrio financeiro. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder (subsídios).

Os valores das despesas tiveram como limite os montantes da receita efetiva esperada para 2013, bem como limites que constam no plano de reequilíbrio financeiro do Município, sendo que os valores em dívida que serão cobertos pelo reequilíbrio financeiro e pelo PAEL, só serão tidos em conta no orçamento quando o plano de reequilíbrio for aprovado pelo Estado, através de uma alteração orçamental, situação essa que se espera ocorrer no início de 2013.

Tendo em conta a conjuntura económica atual, para 2013 está previsto um reforço da Ação Social do Município através da criação de um “Gabinete de crise”, que visará o acompanhamento da situação dos munícipes em situação económica precária. Mediante as informações obtidas por este gabinete, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, que poderão ser de aconselhamento financeiro, ou outro tipo de apoio conforme as situações detetadas.

Está prevista no Orçamento uma rubrica para apoio ao empreendedorismo de particulares, que visará financiar parcialmente projetos apresentados que promovam o desenvolvimento económico do concelho e a



criação de emprego. Será criada uma comissão para avaliação desses mesmos projetos, tendo por objetivo a atribuição de subsídios de apoio e/ou cedência de espaços em regime de “incubação de empresa”, devendo estes incentivos ser analisados por comissão a constituir.

Assim, tendo em conta o reequilíbrio financeiro do Município, o Orçamento a aprovar para 2013 terá em conta essencialmente a despesa efetiva que se prevê realizar nesse ano, de acordo as receitas disponíveis, o que faz com que o Orçamento tenha um valor de cerca de onze milhões de euros, em contraste com os vinte e três milhões de 2012. Tal como já foi referido anteriormente, a dívida em atraso apenas será acrescentada ao orçamento aquando da aprovação do Plano de Reequilíbrio Financeiro, sendo que alguma dívida do final de 2012 poderá ainda transitar para 2013, situação essa que se espera estar acautelada, mas que dependerá do montante da eventual faturação a ser emitida ao Município até ao final do corrente ano.

Tendo em conta as limitações impostas tanto pela situação de reequilíbrio financeiro, pela Lei dos Compromissos, e pelo Orçamento de Estado para 2013, o Município não poderá aumentar as dívidas em atraso, bem como terá de diminuir o endividamento líquido. O ano de 2013 deverá também ser um ano de ajustamento dos procedimentos de controlo interno à Lei dos Compromissos, nomeadamente no que diz respeito à realização de despesa. As despesas a realizar deverão estar sempre dependentes da emissão de um compromisso prévio e do montante de fundos disponíveis. Os compromissos plurianuais deverão estar sempre dependentes de aprovação da Assembleia Municipal, que também terá um papel fiscalizador da aplicação do Plano de Reequilíbrio financeiro após a aprovação do mesmo pelas entidades competente.